



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000613-78.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **LAERCIO CARLOS DE AGOSTINO**  
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em retirar às suas expensas um poste de sustentação à rede elétrica que se encontra no meio da entrada do imóvel em que reside, já que isso causa dificuldades para a entrada e saída de veículos, restringindo o uso da garagem.

A pretensão deduzida está amparada na Lei Estadual nº 12.635/07, a qual não é inconstitucional porque não regula matéria de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Somente se tal sucedesse seria possível cogitar de vício a propósito.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não obstante, e preservado o respeito aos que perfilham tese contrária, entendo que seria imprescindível que o autor demonstrasse que a construção do imóvel em que reside, e especialmente tal como mostrado nas fotografias de fls. 15/16, antecedeu à instalação do poste cuja mudança se tenciona.

Somente assim se renderia ensejo à obrigação da ré, como já se manifestou reiteradamente o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“Apelação. Ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais. Remoção de poste de energia elétrica instalado defronte à residência do autor. Circunstância preexistente à implantação do conjunto habitacional, bem como da construção da casa e da garagem. Restrição ao direito de propriedade não configurado. Despesa com esse procedimento que deve ser suportada pelo proprietário do imóvel. Admissibilidade. Questão de interesse particular. Sentença de improcedência mantida. Recurso denegado”* (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0008930-97.2007.8.26.0022, rel. Des. **AMORIM CANTUÁRIA**, j. 18.09.2012)

*“Obrigação de fazer. Remoção de poste de iluminação. Apelante adquiriu o imóvel quando o poste já existia no local. Construção da garagem ocorreu após. Pretensão do recorrente para a mudança do poste deve ocorrer com o correspondente pagamento das despesas. Apelada exerce regular direito, pois o poste se encontra no local há longo tempo mediante a autorização da prefeitura municipal. Questões outras expostas pelo recorrente, como condição sócio-econômica, não têm pertinência com os pontos controvertidos. Apelo desprovido”* (TJ-SP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 990.10.019.145-4, rel. Des. **NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA**, j. 27.05.2010)

*“Obrigação de fazer. Poste por onde passa fiação aérea colocado na frente de imóvel. Pagamento pela remoção que compete à parte interessada. Recurso provido para julgar improcedente a ação. Com efeito, a ação foi aforada na linha de imaginária obrigação de fazer. Porém, há uma servidão de passagem aparente e pelo que se deflui do contexto do caderno processual, é longeva, inclusive anterior à própria aquisição do imóvel.”* (TJ-SP, 35ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 940983-0/0, rel. Des. **ARTUR MARQUES**, j. 07.08.2006).

Na hipótese dos autos, extrai-se do próprio relato de fls. 02/04 que quando o autor adquiriu o imóvel, em 2013, o poste já estava instalado no lugar em que se encontra.

Nada aponta, aliás, para direção contrária.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

É forçoso reconhecer a partir disso que não assiste razão ao autor na formulação de seu pleito porque falta respaldo à obrigação de fazer por parte da ré.

A improcedência da ação é bem por isso medida que se impõe.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixou de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**